AS VÍTIMAS NÃO CONTADAS DO DESENVOLVIMENTISMO: A INVISIBILIDADE DO POVO INDÍGENA KARITIANA

Nathalia Maria Gonzaga de Azevedo Accioly
Mestrandado Programa de Pós-GraduaçãoemSociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)
acciolynathalia@gmail.com

Wilson Madeira Filho
Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

Introdução

Dentre as enormes consequências trazidas pela construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeiradestacamos a trajetória do povo Karitiana, que sequer havia considerado pelos relatórios e licenciamentos ambientais. Eles perderam a soberania da água, viram seu igarapé secar, como também viram os seus poços amazônicos tornarem-se insuficientes em profundidade para alcançar a água. Esse cenário, ampliado pela pandemia do Covid 19 acarretouem dramática ameaça à subsistência e à preservação de um povo que já quase foi extinto na década de 1970. Na atualidade, a maior luta do povo Karitiana é para que sejam reparados os danos irreversíveis a esta sociedade.

O presente trabalho resgata parte dessa trajetória a partir de dois pontos em contraste: a expansão do investimento energético e a narrativa de resistência Karitiana a partir de entrevista com a liderança indígena CledsonKaritiana, engenheiro de pesca, e atualmente presidente da Associação dos Indígenas Karitianas.

1. Desenvolvimentismo

Existe um discurso presente dentro de quase todas as fases de formação histórica do Estado de Rondônia, o de que se trata de um Estado com grandes potenciais de desenvolvimento, mas a questão se coloca é a que serve esta potência desenvolvimentista se os povos originários permanecem em desamparo.

Na verdade, o que sempre ocorreu foram ciclos exploratórios, passando-se pela borracha desde o século XIX, e no longo século XX pelas explorações de minério, madeira, gado, e da capacidade hídrica energética de seus rios.

A exploração da região foi resultado dos avanços colonialistas, que demarcavam novas fronteiras expansionistas (Silva e Amaral, 2020). O complexo energético e hidroviário do Rio Madeira dá continuidade a esta lógica da produção destrutiva. (Melo e de Paula, 2008). Os deslocamentos compulsórios decorrentes da construção da UHE Santo Antônio atingiriam 1.645 pessoas, segundo o EIA/RIMA, e 10.000 pessoas, segundo o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), sendo 214 famílias somenteno núcleo urbano de Mutum-Paraná. (Moret e Araújo, 2016)

Os grandes projetos, e particularmente os hidrelétricos, são empreendimentos capazes de modificar paisagens, de provocar o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, rompendo laços entreelas e o espaço, enfim, alterando seus modos de vida. Tudo isto acontece num curto período de tempo, ocorrendo de forma dramática, sobretudo para os que são obrigados a sair de suas terras, deixar suas casas, abandonar seu passado, sem muitas vezes compreender o significado de tal mudança e ainda sentindo-se, como um entraves ao “progresso” (Melo e de Paula, 2008).

Embora os relatórios de impactodas Usinas não tenham apontado qualquer terra indígena como passível de ser diretamente impactada pelo empreendimento, em 2005 foi feito um estudo socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHES Jirau e Santo Antonio) onde foi verificada uma grande vulnerabilidade dessas populações e de suas terras frente ao aproveitamento energético e aos novos empreendimentos a serem por este viabilizados. (Leão, Azanha e Mareto, 2005)

A despeito de todo alerta sobre as terras indígenas que seriam atingidas, não foi

feita qualquer inclusão destes atores nos processos de debate e disputa sobre a realização das Usinas, impedindo a possibilidade de resistência o que permitiu somente a luta na forma institucionalizada, dentro dos meios jurídicos através da ação de reparação dos danos causados a este povo (Proc. 1001655-48.2017.401.4100).

2. Resistência Karitiana.

A narrativa durante a entrevista com a liderança CledsonKaritianase constrói em torno de um discurso antidesenvolvimentista em defesa das populações atingidas, posicionando-se ao final contrariamente a construção de empreendimentos desta magnitude na região amazônica.

Enquanto que aqueles realizados dentro das áreas de engenharia e administração detinham um discurso de possibilidades de desenvolvimento sustentável, colocando os danos das usinas como consequências a serem reparadas e melhoradas.

O que nos revela a necessidade de avanço das ciências sociais para superação daquilo que chamamos de racismo ambiental, um tema que surgiu no campo de debates e de estudos sobre justiça ambiental, um clamor inicial do movimento negro estadunidense e que se tornou um programa de ação do governo federal dos Estados Unidos, por meio da EPA - Environmental ProtectionAgency -, sua agência federal de proteção ambiental. O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas (Herculano)

Em consequência de um projeto social foi possível entrar em contato com a etnia Karitiana, que se encontra em situação de grave vulnerabilidade, revelando sobre o que estava acontecendo em suas aldeias, em especial sobre a preocupação da Soberania da água deste povo.

Na entrevista, o engenheiro de pesca indígena da etnia Karitiana revelou que não haviam sequer sido considerados dentro das populações que seriam atingidas pelas barragens construídas das UHES de Santo Antônio e Jirau, mas que desde 2010, com as secas que atingiram o seu igarapé Sapoti, percebe-se mudanças drásticas nas aldeias em relação a qualidade de vida e independência deste povo quanto a cidade.

Conclusões

Diante desta pesquisa, podemos ver que os conflitos socioambientais que ocorrem em razão do progresso são tolhidos desde o início, a desconsideração das populações que serão atingidas é proposital na mitigação da luta e resistência dos povos, que só podem lutar de forma reparadora, através dos meios judiciais institucionalizados.

Referências bibliográficas

KARITIANA, CLEDSON. ENTREVISTA CONCEDIDA A NATHALIA MARIA GONZAGA DE AZEVEDO ACCIOLY, EM 22 DE SETEMBRO DE 2020, PORTO VELHO - RO.

MORET, N. C. D. A. E. A. D. S. DIREITOS HUMANOS E HIDRELÉTRICAS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS GERADOS EM RONDÔNIA. VEREDAS DO DIREITO, BELO HORIZONTE, V. 13, N. 26, P. 167-194, AGO./2016.

PAULA, J. D. J. S. M. E. E. A. D. AS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SULAMERICANA. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, BRASILIA, JUL./2008. DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.ANPPAS.ORG.BR/ENCONTRO4/CD/ARQUIVOS/GT6-552-668-20080430201009.PDF. ACESSO EM: 25 SET. 2020.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. POVOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA: KARITIANAS. DISPONÍVEL EM: HTTPS://PIB.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PT/POVO:KARITIANA#A_TERRA_IND.C3.ADGENA_E_A_ALDEIA. ACESSO EM: 25 SET. 2020.

SÁ, A. C. D; AZANHA, LEÃO GILBERTO; MARETTO, LUIS CARLOS. ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE AS TERRAS E POVOS INDÍGENAS SITUADOS NA

ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS DO RIO MADEIRA (UHEs JIRAU E SANTO ANTONIO): DIAGNÓSTICO FINAL E POTENCIAIS INTERFERÊNCIAS NAS TERRAS INDÍGENAS KARITIANA, KARIPUNA, LAGE, RIBEIRÃO E URU-EU-WAUWAU. BIBLIOTECA TRABALHO INDIGENISTA, BRASILIA, MAR./2005. DISPONÍVEL EM: HTTPS://BIBLIOTECA.TRABALHOINDIGENISTA.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/SITES/5/2018/06/MADEIRADIAGNOSTICOPOVOSINDIGENAS.PDF. ACESSO EM: 27 SET. 2020.